

PROJETO

EDUCATIVO

2022 – 2026



Atualizado em 09.10.2024

Nota Prévia

A reformulação do Projeto Educativo do AE de Marrazes decorre da implementação do Despacho n.º 7798/2023, de 28 de julho, e consequente candidatura ao Programa TEIP4, recentemente aprovada.

Procedeu-se à atualização de áreas prioritárias de intervenção, eixos, domínios, objetivos, indicadores e metas, com base na média dos resultados obtidos nos 3 últimos anos, sendo que, algumas metas foram alteradas por proposta da Direção Geral de Educação.

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA (UO)	4
2. PREÂMBULO	5
3. MISSÃO	7
4. VISÃO	7
5. OBJETIVOS GERAIS	8
6. PRINCÍPIOS	8
7. CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	9
7.1 Oferta educativa	10
8. DIAGNÓSTICO	10
8.1 Pontos Fortes	12
8.2 Áreas Prioritárias de Intervenção	12
9. EIXOS, DOMÍNIOS, OBJETIVOS, INDICADORES GLOBAIS E METAS	14
10. PLANO DE AÇÃO/INTERVENÇÃO	17
11. PLANO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	17
11.1 Cronograma anual	18
12. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	19
13. CRITÉRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS/TURMAS	19
14. RECURSOS DA COMUNIDADE	19
ANEXOS	22
Anexo I - Origem dos alunos	22
Anexo II - Oferta educativa	22
Anexo III - Metas quantificáveis por disciplina	22
Anexo IV - Referencial de Avaliação	22
Anexo V – Linhas de atuação para a inclusão	22
Anexo VII - Plano de Ação TEIP 2024-2027 (Adenda 01)	22
Anexo VIII - Critérios para a constituição de grupos/turmas	22

1. Identificação da Unidade Orgânica (UO)

Agrupamento de Escolas Marrazes – 1009142

Diretor: Jorge Edgar Gregório Brites

Escola-sede: Escola Básica N.º 2 de Marrazes

Estrada da Mata – Marrazes

2415-557 Leiria

Telefone: 244 854 494

Fax: 244 814 911

E-mail: aemarrazes@aemarrazes.com

NIPC: 600078094

“Cultura como instrumento para a felicidade,
como arma para o civismo,
como via para o entendimento dos povos”

Helena Vaz da Silva



2. Preâmbulo

O projeto educativo do Agrupamento de Escolas de Marrazes almeja dar cumprimento ao enunciado no Decreto-Lei n.º 137/2012 ao constituir-se como um “documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva” e, simultaneamente, sendo um Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP), propõe-se cumprir o previsto no Despacho Normativo n.º 7798/2023, de 28 de julho, de acordo com as linhas orientadoras definidas, a vigorar no período compreendido entre os anos 2022 e 2026.

Na elaboração deste projeto, para além dos normativos enunciados, foram observados os seguintes documentos:

- . Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar (OCEPE-2016);
- . Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (Princípios, Visão, Valores e Áreas de Competência);
- . Autonomia e Flexibilidade Curricular (DL n.º 55/2018);
- . Educação Inclusiva (DL n.º 54/2018);
- . Aprendizagens Essenciais;
- . Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania;
- . Orientações Curriculares para as TIC no 1.º CEB;
- . Plano de Ação para a Transição Digital (Resolução de Conselho de Ministros n.º 30/2020, de 21 de abril);
- . Referencial de Educação para a Saúde;
- . Plano 21|23 Escola+ (Resolução de Conselho de Ministros n.º 90/2021, de 07 de julho; Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2022, de 22 de julho);
- . Aprender Mais Agora | Recuperar e Melhorar a Aprendizagem;
- . Projeto Educativo Municipal.

Considerando os princípios, visão, valores e áreas de competência do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*, sendo um agrupamento que abrange desde a educação pré-escolar ao ensino básico, é nossa missão promover o desenvolvimento dos alunos de modo integral, no sentido de os preparar para a continuidade do seu percurso escolar/formativo.

A aplicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, legitima um desenvolvimento curricular adequado ao contexto específico e às necessidades de todos e de cada um dos nossos alunos, num quadro de uma escola inclusiva, promotora de melhores aprendizagens e do desenvolvimento de competências que lhes permitam o exercício de uma cidadania ativa e informada.

Em concordância com este desenho curricular, o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, através da aplicação de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, permite-nos responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, estimulando a sua participação nos processos de

aprendizagem e na vida da comunidade educativa, garantindo as condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória.

A educação e a formação são alicerces fundamentais para o futuro das pessoas e do país. A aposta numa educação de qualidade para todos e todas exige uma intervenção que tenha em consideração os desafios colocados à educação, no quadro da sociedade atual. As questões relacionadas com a sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade estão, de facto, no cerne do debate atual. À escola, enquanto ambiente propício à aprendizagem e ao desenvolvimento de competências, onde alunos e alunas adquirem as múltiplas literacias que precisam de mobilizar, exige-se uma reconfiguração, a fim de responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

Neste novo contexto, e porque as mudanças são, naturalmente, processos lentos que exigem o envolvimento efetivo de todos os atores, é fundamental que as lideranças pedagógicas adotem um papel ativo e mobilizador no sentido de empreender reais processos de mudança, adotando práticas pedagógicas inovadoras e metodologias ativas que visem, em primeira instância, a promoção do sucesso escolar de todos os alunos.

A mobilização efetiva de todos os parceiros que possam colaborar direta ou indiretamente, através de programas projetos de nível local, nacional e internacional, que promovam os valores universais, a educação pelas artes, a transversalidade na utilização das TIC, constitui-se como uma mais-valia poderosa para a mesma finalidade.

Assim, importa repensar modos de agir no que concerne ao ensino e à aprendizagem, considerando os seguintes eixos de intervenção:

Eixo 1 – Ensino e Aprendizagem;

Eixo 2 – Lideranças;

Eixo 3 – Comunidade.

Com base na reflexão sobre o percurso efetuado, sustentada nos documentos estruturantes do agrupamento e respetiva avaliação, norteadas pelo Projeto de Intervenção do diretor e pelo contributo dos órgãos, estruturas e intervenientes da comunidade educativa, através de ações desenhadas em função das prioridades elencadas, procuraremos dar resposta aos objetivos prioritários do programa TEIP, recorrendo à continuidade de boas práticas já implementadas e inovando em metodologias com resultados positivos comprovados. As respostas assentarão, ainda, na promoção de um trabalho colaborativo, com o apoio científico e pedagógico especializado do perito externo que nos tem acompanhado em todo o percurso, desde o diagnóstico dos

principais problemas à reflexão em torno dos caminhos a seguir, bem como na correção da trajetória em função dos processos e dos resultados alcançados.

Assim, conceitos como trabalho de projeto, trabalho colaborativo, desenvolvimento de competências, avaliação formativa, entre outros, constituir-se-ão como pilares conceptuais da ação e serão alvo de atenção especial no âmbito da formação a desenvolver.

O presente projeto educativo (PE) é um documento aberto que, eventualmente, terá de ser melhorado ao longo da sua implementação, tendo por base a análise do progresso das ações desenhadas e a reflexão sobre os processos e os resultados alcançados.

A sua monitorização e avaliação serão da responsabilidade da equipa de avaliação interna em articulação com a equipa TEIP.

3. Missão

Prestar um serviço educativo de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos civicamente responsáveis e ativos numa sociedade democrática, respeitadores dos valores da tolerância, da convivência, do respeito, da justiça, do diálogo e da solidariedade entre todos, numa Escola que seja reconhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade.

4. Visão

Articular estratégias e recursos com potencial educativo entre todos os atores da comunidade educativa, no sentido de promover:

- . O exercício combinado de ensinar e de aprender num ambiente harmonioso e impulsionador do crescimento académico, pessoal e social do aluno, com vista à formação de cidadãos ativos e responsáveis;
- . A melhoria dos resultados escolares decorrente do trabalho contínuo e sistemático de alunos, professores e comunidade educativa;
- . A monitorização dos resultados escolares, com enfoque nos fatores internos que justificam as situações de insucesso, potenciando a eficácia das estratégias, na medida em que o conhecimento dos fatores que estão na origem do insucesso permitirá uma ação preventiva mais eficaz.

5. Objetivos Gerais

Na construção do projeto educativo, priorizamos os seguintes objetivos:

- . Garantir a inclusão de todos os alunos;
- . Garantir a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem;
- . Garantir o sucesso educativo de todos os alunos;
- . Prevenir o abandono, absentismo e indisciplina dos alunos;
- . Promover o desenvolvimento das áreas de competência previstas no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*;
- . Promover o exercício de uma cidadania ativa e informada;
- . Potenciar a intervenção da escola como agente educativo e cultural central na vida das comunidades em que se insere;
- . Respeitar e valorizar a diversidade cultural em presença no Agrupamento;
- . Incentivar atitudes e comportamentos ambientalmente sustentáveis;
- . Desenvolver ações promotoras da saúde e bem-estar;
- . Promover a identidade e o património local.

6. Princípios

Na elaboração do projeto educativo, consideramos os seguintes princípios:

- . Desenvolvimento de uma visão clara, partilhada e mobilizadora que sustente a ação da escola com vista à consecução do *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*;
- . Promoção de uma metodologia que garanta a clareza e coerência dos documentos estruturantes do agrupamento;
- . Priorização dos problemas diagnosticados, identificando as áreas prioritárias de intervenção;
- . Envolvimento do conselho pedagógico na definição das linhas orientadoras do desenvolvimento curricular;
- . Aposta na prevenção, em detrimento da remediação, através do desenho de ações que antecipem problemas, com recurso a projetos e soluções inovadoras, com evidências de impactos positivos;
- . Reconhecimento dos docentes enquanto principais agentes de gestão do currículo e das aprendizagens, adotando estratégias para promoção da motivação dos profissionais e das lideranças intermédias;
- . Adoção de uma abordagem multinível, privilegiando a intervenção em contexto de sala de aula, numa base de gestão flexível do currículo;
- . Prioridade na gestão de ambientes de aprendizagem promotores de inclusão e de equidade, com evidências de estratégias específicas orientadas para o sucesso de grupos mais vulneráveis da comunidade;
- . Promoção da participação ativa dos alunos e das famílias nos processos de decisão da vida escolar;

- . Envolvimento de todos os agentes no processo educativo, com destaque para os pais e encarregados de educação
- . Rentabilização de recursos existentes na escola e na comunidade, numa lógica de promoção da sustentabilidade;
- . Valorização da capacitação dos docentes, de acordo com os problemas/áreas prioritárias de intervenção;
- . Articulação com a autarquia e outros parceiros locais, para promover e/ou potenciar:
 - a) A mobilização e otimização de recursos humanos, materiais e financeiros para o desenvolvimento das ações estratégicas;
 - b) A definição de mecanismos de cooperação com os diferentes parceiros locais, tais como as famílias, as associações, as empresas e as instituições públicas e privadas;
 - c) A identificação e desenvolvimento de ações extraescolares que conduzam à melhoria dos contextos sociais envolventes às escolas, designadamente ao nível da gestão da rede escolar e das ofertas educativas;
 - d) O acompanhamento do desenvolvimento da intervenção e da avaliação dos resultados e impactos.

7. Caracterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Marrazes abrange a União de Freguesias de Marrazes e Barosa e as freguesias de Amor e Regueira de Pontes, no concelho de Leiria, tendo sido criado no ano letivo de 1999/2000.

É constituído por 9 jardins de infância, duas escolas básicas com educação pré-escolar e 1.º ciclo, 12 escolas básicas com 1.º ciclo e uma escola básica com 2.º e 3.º ciclos (escola-sede).

Integra o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) desde 2009-2010 e tem um Contrato de Autonomia desde 2012-2013.

O agrupamento foi avaliado no primeiro ciclo de avaliação externa das escolas (2009-2010) e no segundo ciclo (2015-2016).

No ano letivo 2024-2025, a população escolar é constituída por 2194 crianças e alunos, assim distribuídos: 490 na educação pré-escolar (21 grupos), 1069 no 1.º ciclo (55 turmas), 375 no 2.º ciclo (17 turmas), 295 no 3.º ciclo (15 turmas).

A educação e o ensino são assegurados por 224 docentes, dos quais 84% pertencem aos quadros. O corpo não docente é constituído por 72 trabalhadores (65 assistentes operacionais e 7 assistentes técnicos, a maioria em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo). Desempenham ainda funções no agrupamento 9 técnicos especializados, designadamente 3 psicólogos (2 do quadro), 1 animadora cultural, 2 terapeutas da fala, 1 terapeuta ocupacional, 1 assistente social e 1 artista residente.

Do total das crianças e alunos do agrupamento, 28,8% nasceram ou têm origem noutros países, sendo o Brasil o país com maior incidência (56%), seguido da Ucrânia com (11,4%), Marrocos (5%) e Angola (5%). De referir que 8% destes alunos são descendentes de famílias de origem mista. ([Anexo I](#)).

Do total de crianças e jovens do AEM, 34% beneficiam de auxílios económicos no âmbito da ação social escolar (ASE – Escalão A e B).

7.1 Oferta educativa

O AE de Marrazes disponibiliza a seguinte oferta educativa:

- . Educação Pré-Escolar;
- . Ensino Básico: 1.º, 2.º e 3.º Ciclo.

Anualmente, o Conselho Pedagógico revê a sua oferta formativa ([Anexo II](#)) tendo em consideração as necessidades diagnosticadas e as prioridades elencadas, com principal foco nas atividades artísticas, nas atividades de experimentação e investigação, de literacias e numeracia.

8. Diagnóstico

O diagnóstico que a seguir se apresenta teve por base a análise e reflexão sobre o trabalho realizado no âmbito dos processos de monitorização, nomeadamente, os documentos resultantes de processos de avaliação interna/autoavaliação, o último relatório de avaliação externa elaborado pela equipa da Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) e os relatórios elaborados no âmbito do programa TEIP.

Desta reflexão, que segue os princípios de uma análise SWOT, emerge um agregado de potencialidades que importa reforçar e manter, assim como de problemas que é necessário ultrapassar/minimizar para melhorar a ação do agrupamento.

Considerando que, durante a situação pandémica, nos dois períodos de suspensão das atividades letivas, o agrupamento implementou um processo construtivo para garantir a mitigação das desigualdades, reconhecidamente agravadas neste contexto, bem como o apoio aos alunos e respetivos docentes para a operacionalização deste processo. O regime não presencial permitiu minimizar a distância e manter os alunos conectados, de modo a tornar bem-sucedido, para a maioria das crianças e alunos, o processo de ensino/aprendizagem. No entanto, apesar de no ano transato ser notória uma redução do insucesso global, o diagnóstico efetuado permitiu-nos identificar uma regressão na qualidade do sucesso acentuada pelo ingresso nas escolas do agrupamento de um número significativo de alunos oriundos do Brasil, cujos conhecimentos e capacidades raramente corresponde ao ano de matrícula.

O diagnóstico apresentado deverá ser entendido como ponto de partida, não se esgotando no seu registo.

No que concerne aos resultados escolares, as conclusões do relatório de avaliação interna de 2021/2022 destacam o seguinte:

. No 1.º ciclo, 97,2% dos alunos transitaram, sendo que 93,2% com classificação positiva em todas as disciplinas, registando-se o maior número de retenções no 2.º ano.

Ao longo do último quadriénio, a taxa de sucesso escolar foi constante e elevada (média de 97,1%).

. No 2.º ciclo, 97% dos alunos transitaram, sendo que 73,9% com classificação positiva em todas as disciplinas, registando-se o maior número de retenções no 6.º ano.

Ao longo do último quadriénio, a taxa de sucesso escolar foi elevada (média de 96,55%).

. No 3.º ciclo, 94,3% dos alunos transitaram, sendo que 58,2% com classificação positiva em todas as disciplinas, registando-se maior número de retenções no 7.º e no 9.º ano.

Ao longo do último quadriénio, a taxa de sucesso escolar foi elevada (média de 94,43%).

Da análise efetuada ao desempenho dos alunos do 2.º ano nas provas de aferição 2021-2022 (REPA), constatamos que nas áreas de Português, Matemática e Estudo do Meio os resultados foram inferiores à média nacional em todos os domínios e superiores à média nacional nas áreas da Educação Artística e da Educação Física, em alguns domínios. As maiores fragilidades, a Português e Estudo do Meio, situam-se no domínio "Raciocinar/Criar" e a matemática situam-se no domínio "Conhecer/Reproduzir".

Relativamente ao desempenho dos alunos do 5.º ano, constatamos que na prova de Educação Visual e Educação Tecnológica os resultados foram ligeiramente inferiores à média nacional em todos os domínios e superiores à média nacional na prova de Matemática e Ciências Naturais, em todos os domínios.

No que respeita ao desempenho dos alunos do 8.º ano, constatamos que nas provas de Português, História, Geografia e Educação Física os resultados foram ligeiramente inferiores à média nacional em todos os domínios com exceção do domínio "Aplicar/Interpretar", na prova de Educação Física.

As situações referentes ao abandono e absentismo no AEM não foram relevantes. Quanto à indisciplina, constatou-se uma diminuição das ocorrências e dos alunos envolvidos no 1.º e no 2.º ciclo e um aumento no 3.º Ciclo, relativamente aos anos transatos. No intuito de prevenir o abandono, o absentismo e a indisciplina, existem diversos serviços, clubes e projetos, nomeadamente: Serviço de Psicologia e Orientação (SPO); Serviço Social e Saúde; Gabinete de Apoio ao Aluno e de Mediação Escolar (GAMED); Bibliotecas/Centros de Recursos; Plano Cultural do AEM; Plano de Ação Escola pelos Direitos das Crianças; Clube do Ambiente; Clubes de Ciência Viva: "Os Gandaritos", no 1.º ciclo e "CSI Marrazes", no 2.º e 3.º Ciclos; Clube Europeu; Clube PR@TIC – Programação, Robótica e 3D; Clube de Teatro; Desporto Escolar; Projetos Erasmus+, Etwinning, Empreendedorismo nas Escolas, Eco-Escolas, Clave de Sol, entre outros.

8.1 Pontos Fortes

Na análise SWOT foram identificados os seguintes pontos fortes:

- Cultura de inclusão;
- Sustentabilidade das medidas de combate ao insucesso;
- Diversificação da oferta formativa;
- Orientação vocacional e seguimento do percurso dos alunos;
- Articulação com escolas secundárias e profissionais da região;
- Articulação interciclos;
- Trabalho colaborativo – Coadjuvações;
- Aposta na prevenção em detrimento da remediação;
- Gestão dos recursos com base em resultados de progresso;
- Implementação de projetos com carácter inovador;
- Investimento nas condições dos laboratórios;
- Aposta na educação artística;
- Estabilidade do corpo docente e de técnicos especializados (psicólogos |terapeutas da fala| terapeuta ocupacional |assistente social |animadora cultural);
- Capacitação do pessoal docente e dos técnicos especializados;
- Cultura de monitorização e avaliação;
- Relação escola-família-comunidade;
- Envolvimento das parcerias da comunidade nas dinâmicas de escola;
- Abertura da escola a projetos da comunidade.

8.2 Áreas Prioritárias de Intervenção

Conscientes de que há fatores endógenos e exógenos à escola enquanto organização que não controlamos e que determinam a forma como devemos organizar-nos para intervir nesse contexto, reconhecemos a necessidade de mudança de paradigma de uma escola que ensina para uma escola que aprende, o que implica empreender processos de transformação quer no seio da organização quer na comunidade educativa.

Com base no diagnóstico efetuado, foram definidas áreas prioritárias de intervenção, optando-se pela continuidade, renovada, de ações cuja avaliação tem sido bastante positiva pelo seu contributo para o sucesso dos nossos alunos e pela implementação de outras em áreas mais deficitárias e onde sentimos ser urgente uma intervenção inovadora:

- Sucesso escolar;
- Qualidade do sucesso escolar;

- Práticas pedagógicas promotoras de desenvolvimento de competências;
- Práticas de avaliação promotoras da melhoria das aprendizagens;
- Articulação interdisciplinar;
- Incidência de fluxos migratórios;
- Absentismo escolar;
- Indisciplina;
- Diversificação de métodos, instrumentos e processos de avaliação dos alunos;
- Envolvimento dos alunos nos processos de avaliação e/ou decisão;
- Envolvimento da comunidade;
- Promoção do bem-estar pessoal e coletivo;
- Comunicação;
- Clima de escola;
- Gestão da sala de aula;
- Criação de contextos colaborativos que fomentem o trabalho em equipa;
- Ocupação plena dos alunos;
- Capacitação do pessoal não docente;
- Instalações e equipamentos do Agrupamento;
- Condições de utilização e qualidade dos acessos dos equipamentos digitais;
- Utilização de equipamentos digitais em sala de aula;
- Partilha de práticas;
- Capacitação dos pais e encarregados de educação.

9. Eixos, Domínios, Objetivos, Indicadores Globais e Metas

Eixo 1 – Ensino e Aprendizagem							
Domínios	Objetivos	Indicadores globais		Metas			
				2022/23	2023/24	2024/25	2025/26
Sucesso escolar na avaliação interna/externa	Reduzir a percentagem de retenção	Taxa de retenção	1.º Ciclo	3,03	2,84	2,70	2,55
			2.º Ciclo	2,91	3,03	2,80	2,60
			3.º Ciclo	6,02	7,23	6,50	6,00
	Melhorar a qualidade do sucesso	Percentagem de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas/áreas disciplinares/componentes do currículo	1.º Ciclo	87,59	86,47	87,00	87,50
			2.º Ciclo	74,88	76,28	76,05	77,00
			3.º Ciclo	57,04	56,99	57,50	58,00
		Taxa de conclusão de ciclo/nível de ensino no tempo esperado	1.º Ciclo	88,62	86,44	86,50	87,00
			2.º Ciclo	91,30	94,62	94,50	95,00
			3.º Ciclo	83,87	81,66	81,70	82,00
		Percentagem de alunos que tiveram positiva nas provas finais	9.º - Port	83,50	83,50	84,00	84,50
			9.º - Mat	74,25	74,25	74,50	74,75
			9.º - Port	3,25	3,25	3,30	3,35
			9.º - Mat	3,30	3,30	3,35	3,40
Interrupção precoce do percurso escolar	. Diversificar as opções formativas do Agrupamento . Reorientar o percurso educativo e formativo	Taxa de desistência	1.º Ciclo	0,0	0,0	0,0	0,0
			2.º Ciclo	0,10	0,20	0,10	0,0
			3.º Ciclo	0,0	0,11	0,10	0,05
		Média de faltas injustificadas por aluno	1.º Ciclo	0,09	0,10	0,05	0,02
			2.º Ciclo	1,98	2,56	2,50	2,00
			3.º Ciclo	2,52	4,98	4,90	4,80
Clima de sala de aula	. Reduzir o número de situações de indisciplina e violência	Taxa de ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula	1.º Ciclo	0,21	0,20	0,17	0,15
			2.º Ciclo	7,40	7,63	7,50	7,30
			3.º Ciclo	11,54	14,23	12,50	11,00

Práticas pedagógicas	Objetivos: . Implementar dinâmicas pedagógicas alicerçadas em equipas de trabalho docente e/ou técnicos especializados . Proporcionar a todos os alunos as condições para aprender no seu grupo-turma . Promover a diferenciação pedagógica, recorrendo a metodologias de ensino, aprendizagem, avaliação e recursos educativos diversificados . Promover a participação ativa do aluno no processo de ensino-aprendizagem e avaliação . Identificar e mobilizar, atempadamente, medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão . Generalizar práticas de articulação interdisciplinar e vertical entre ciclos/níveis de ensino . Respeitar e valorizar a diversidade cultural em presença no Agrupamento . Fomentar a dinamização de projetos de âmbito local, nacional e internacional . Prevenir a violência em meio escolar, o ajustamento social e comportamental dos alunos . Promover o exercício de cidadania plena dos jovens para a melhoria da comunidade onde estão inseridos, envolvendo-os nos processos de decisão institucional, local, regional e nacional . Desenvolver ações promotoras da saúde e bem-estar . Promover atividades que contribuam para a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
Nota: Os objetivos definidos para o domínio “Práticas Pedagógicas” correspondem a processos de ensino e aprendizagem que se pretendem alterar/melhorar, de acordo com as áreas prioritárias de intervenção.	

Eixo 2 – Lideranças	
Domínio: Medidas organizacionais	
Objetivos	. Promover a divulgação da Visão do Agrupamento . Fomentar o sentimento de pertença e valorização da escola . Melhorar as estratégias de comunicação . Promover lideranças partilhadas e participativas . Criar equipas educativas coerentes e focadas na promoção do sucesso . Promover a reflexão e o reforço do trabalho colaborativo entre os docentes . Promover atividades de desenvolvimento vocacional e orientação escolar . Promover o desenvolvimento profissional dos docentes e não docentes
Nota: Os objetivos definidos neste domínio correspondem a processos que se pretendem alterar/melhorar, de acordo com as áreas prioritárias de intervenção.	

Eixo 3 – Comunidade						
Domínio	Objetivos	Indicadores globais	Metas			
			2022/23	2023/24	2024/25	2025/26
Envolvimento da comunidade	.Potenciar processos participativos que permitam auscultar alunos e famílias, envolvendo-os nos processos de ensino-aprendizagem e de decisão	Taxa de participação dos encarregados de educação em ações promovidas pela UO	55,10	52,47	55,00	57,50
	. Implementar estratégias de apoio e acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade					
	. Promover a integração dos diferentes atores e instituições da comunidade local no desenvolvimento de uma cultura de compromisso social e educacional					
	. Rentabilizar os recursos endógenos das escolas e da comunidade, contribuindo para a sustentabilidade das medidas e sua adequação ao meio local					

10. Plano de Ação/Intervenção

Em síntese, a operacionalização do Projeto Educativo materializa-se/inscreve-se nos documentos abaixo enunciados e que serão alvo de eventuais reformulações com base na monitorização e avaliação efetuadas em cada ano letivo:

- . Metas Quantificáveis por disciplina ([Anexo III](#));
- . Referencial de Avaliação das e para as Aprendizagens ([Anexo IV](#));
- . Linhas de atuação para a inclusão ([Anexo V](#));
- . Plano Plurianual de Melhoria TEIP/Adenda n.º 5 ([Anexo VI](#));
- . Plano de Ação TEIP4 ([Anexo VII](#));
- . Plano Anual de Atividades (PAA);
- . Programas, projetos e clubes, valorizando a participação dos alunos, dos encarregados de educação e de outros parceiros da comunidade;
- . Plano de formação para o pessoal docente e não docente.

11. Plano de Monitorização e Avaliação

O plano de monitorização e avaliação, da responsabilidade da equipa de avaliação interna e da equipa TEIP, constitui o documento orientador das atividades de monitorização e avaliação do PE e do Plano Plurianual de Melhoria/Plano 21/23 Escola+, fixando indicadores e informação a recolher e a sistematizar que permitam acompanhar o desenvolvimento de cada uma das ações, designadamente:

- A implementação das medidas curriculares, dos recursos e estruturas de suporte à educação inclusiva;
- Os progressos na operacionalização de cada uma das ações na sua globalidade;
- O impacto das ações, através da demonstração dos resultados atingidos e o seu grau de convergência com os objetivos e as metas definidas;
- Propor medidas para a correção da trajetória de cumprimento dos principais objetivos, em caso de desvio acentuado.

A recolha de dados realizar-se-á com base nos seguintes instrumentos:

- . GARE - Gestor de Atividades e Recursos Educativos;
- . Atas de avaliação intercalar;
- . Atas e pautas de avaliação trimestral;
- . Memorandos-síntese das reuniões realizadas;
- . Grelhas de registo do número de participantes e assiduidade;
- . Questionário aos participantes com o objetivo de avaliar o grau de satisfação e/ou de alteração comportamental;
- . Mapas de verificação;

- . Relatórios;
- . Outros que poderão vir a ser definidos.

Cada responsável/dinamizador das ações/atividades/projetos deverá garantir a recolha de evidências, registo na aplicação e tratamento de dados necessários ao cálculo dos indicadores comuns e outros adicionais que considere relevantes para a monitorização da respetiva ação, apresentando a informação de forma clara e objetiva sobre o grau de execução da ação, o progresso face às metas definidas e o impacto do plano.

A monitorização terá como finalidade apoiar as lideranças de topo e intermédias na tomada de decisões operacionais e estratégicas.

A avaliação final, da responsabilidade da equipa de avaliação interna e da equipa TEIP, deverá ser focada nas seguintes vertentes:

- Grau de concretização das ações e apreciação dos resultados face aos objetivos e metas;
- Análise da eficiência operativa;
- Análise da eficácia das ações;
- Formulação de recomendações/sugestões no que concerne a eventuais reformulações do PE.

A divulgação deverá ser realizada em momentos especificamente criados para o efeito em local adequado à presença de toda a comunidade educativa, ficando disponível em suporte digital no sítio do agrupamento na Internet (<https://aemarrazes.com/>).

11.1 Cronograma anual

Atividades	
Reuniões com os responsáveis/dinamizadores de cada uma das ações de melhoria	1.º Semestre
Atualização de indicadores para a monitorização de cada uma das ações	
Reuniões com a direção, a equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, o perito externo, o conselho pedagógico, entre outros, com o objetivo de recolher contributos e explicitar procedimentos	
Acompanhamento do processo de implementação das ações junto dos participantes e do público-alvo	
Recolha dos dados necessários para uma avaliação de progresso	
Tratamento dos dados e elaboração do relatório de progresso/semestral TEIP	
Promoção de sessões de reflexão conjunta em torno do processo e dos resultados, com vista a possíveis reformulações	2.º Semestre
Acompanhamento do processo de implementação das ações junto dos participantes e do público-alvo	
Recolha e tratamento de dados para a avaliação final	
Elaboração do relatório final TEIP e do relatório anual de avaliação interna	
Divulgação dos resultados	setembro

12. Formação e capacitação

A formação docente e não docente tem desafios, colocados pela sociedade de informação e inovação tecnológica, que requerem uma resposta adequada no domínio da capacitação.

O plano de formação do AEM foi elaborado atendendo às necessidades específicas identificadas na escola e à necessidade de mudança de paradigma pedagógico-didático para fazer face aos desafios da inclusão, a alunos nativos digitais, a uma sociedade do conhecimento e a uma cultura de aprendizagem permanente.

O plano de formação do AEM integra o plano do Centro de Formação Leirimar, contempla as ações de formação selecionadas pela Escola, de acordo com o Projeto Educativo e o Plano de Ação TEIP4, bem como o Plano de Capacitação TEIP, agregando ainda os interesses/necessidades dos profissionais desta UO, de modo a potenciar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

No que concerne ao plano de capacitação, contaremos com especialistas do Instituto Politécnico de Leiria, a Direção-Geral de Educação, a Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI), a UNICEF Portugal e, ainda, com os nossos parceiros da Microrrede TEIP através de:

- Reuniões de trabalho realizadas em todas as escolas/agrupamentos com participação alargada a docentes e técnicos dos diferentes estabelecimentos;
- Partilha das principais dificuldades sentidas /soluções encontradas para problemas comuns;
- Partilha de projetos relevantes em curso em cada escola/agrupamento da Microrrede;
- Participação dos peritos externos das diferentes escolas/agrupamentos TEIP como facilitadores na partilha de competências entre docentes/técnicos, na transferência de práticas entre escolas TEIP e no alargamento da visão crítica.

13. Critérios para a constituição de grupos/turmas

Na constituição dos grupos/turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica, competindo ao diretor aplicá-los no quadro de uma gestão eficaz e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes, no respeito pela legislação em vigor e de acordo com os princípios orientadores do regulamento interno do agrupamento. Os critérios para a constituição de grupos/turmas ([Anexo VIII](#)) fazem parte integrante deste projeto educativo.

14. Recursos da comunidade

O projeto educativo pretende ser um elemento propulsor da relação entre a escola e a comunidade envolvente no aproveitamento do potencial educativo e formativo de ambas, merecendo destaque a ligação com as seguintes instituições e empresas de âmbito local, nacional e internacional:

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa

ACM - Alto Comissariado para as Migrações, I.P.

ACS - Atlético Clube de Sismaria

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AMIGrante – Associação de Apoio ao Cidadão Migrante

AMITEI - Associação de Solidariedade Social de Marrazes

IPAV – Instituto Padre António Vieira

APPCL - Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral de Leiria

Associações de Pais e Encarregados de Educação

Associação de Patinagem de Marrazes

Associação Desportiva e Cultural do Bairro dos Anjos

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Leiria

Associação Global Diáspora

Associação Lar Emanuel

Associação 20 de Junho – Marinheiros

Associação Tempos Brilhantes

Associação Yehudi Menuhin - Mus-E

Biblioteca Municipal Afonso Lopes Vieira

Câmara Municipal de Leiria

CCEMS – Centro de Competência Entre Mar e Serra

CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica da Marinha Grande

CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos

Centro de Formação de Leiria do IEFP

Centro de Formação de Leirimar

Centro de Saúde Arnaldo Sampaio

Centro Hospitalar de Leiria

CENSOCAPA – Centro Social da Casa do Povo de Amor

Centro Paroquial de Regueira de Pontes

Centro Social, Pastoral e Cultural de Pinheiros

CERCILEI – Cooperativa de Ensino e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Leiria

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CTE - Centro Tecnológico Especializado de Informática do AE da Batalha

Comité Português para a UNICEF

Escola de Dança de Diogo de Carvalho

Escola Profissional de Leiria
Escola Profissional de Ourém
Escola Profissional e Artística da Marinha Grande
Escola Secundária Afonso Lopes Vieira
Escola Secundária com 3.º ciclo D. Dinis
Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria
Escola Superior de Saúde de Leiria
Escola Tecnológica, Artística e Profissional de Pombal
Filarmónica das Chãs
FSTM - Filarmónica de São Tiago de Marrazes
Fundação Altice, Portugal
Fundação Aga Khan, Portugal
Fundação Casa Museu Mário Soares
Fundação Calouste Gulbenkian
Grupo Desportivo de Casal Novo
Grupo Desportivo Recreativo e Cultural Os Unidos de Casal dos Claros e Coucinheira
InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário
IPDJ - Instituto Português do Desporto e da Juventude
Junta de Freguesia de Amor
Junta de Freguesia de Regueira de Pontes
Juventude Desportiva do Lis
MIMO – Museu de Imagem em Movimento
Museu de Leiria
Museu Escolar de Marrazes
OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria
Orfeão de Leiria
Os Malmequeres – Centro de Atividade Ocupacional
Planos e Desafios - Associação
PSP - Escola Segura
QUERCUS – Associação Nacional de Conservação da Natureza
Serviço de Pediatria do Hospital de Sto. André
SCLM - Sport Clube Leiria e Marrazes
União de Freguesias de Marrazes e Barosa
Unidade de Saúde Familiar Santiago de Leiria
Verde Jardim

Anexos

Anexo I - [Origem dos alunos](#)

Anexo II - [Oferta educativa](#)

Anexo III - [Metas quantificáveis por disciplina](#)

Anexo IV - [Referencial de Avaliação](#)

Anexo V – [Linhas de atuação para a inclusão](#)

Anexo VI - [Plano de Ação TEIP 2024-2027](#)

Anexo VII - [Plano de Ação TEIP 2024-2027 \(Adenda 01\)](#)

Anexo VIII - [Critérios para a constituição de grupos/turmas](#)

Aprovado em reunião de Conselho Geral de
04 de novembro de 2024